

OS PODERES DESTE MUNDO E O CONTRA-PODER DE JESUS CRISTO

O presente texto nos foi enviado pelo Departamento de Estudos da Comissão sobre a Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID), do Conselho Mundial de Igrejas. Corresponde ao capítulo IV do livro "Dominação e Dependência: o papel das Igrejas", que é o resultado de uma sessão de estudos organizada pelo Conselho Mundial de Igrejas, em Bossey, Suíça, em outubro de 1974, para uma reflexão sobre as Igrejas e os cristãos no contexto das relações de dominação e dependência. (Textos de discussão para a preparação das "Jornadas Internacionais Por Uma Sociedade Superando as Dominações").

JESUS E O PODER

A maior parte das noções de poder usadas por órgãos eclesiais, e por cristãos individualmente, em geral relacionam poder e imposição, obrigação e coerção. O poder é visto assim em oposição à idéia de liberdade individual, embora esta noção seja crucial para qualquer concepção positiva, humanista e teologicamente justificável de poder.

A aceitação quase universal da concepção negativa e desumanizante de poder nos obriga a falar do poder de Jesus Cristo, o poder de Deus e do Reino de Deus, como um **contra-poder**. Esta linguagem pode ser melhor entendida pelos que atualmente lutam pela libertação dos oprimidos. Deles frequentemente se diz que recorrem a uma **contra-violência** face à violência estrutural e direta dos seus opressores, das estruturas imperialistas que representam a sabotagem fundamental à igualdade, aos direitos e à dignidade de todo o povo.

Mas o poder de Jesus Cristo não é somente uma reação aos poderes deste mundo. Ele não é da mesma natureza dessa violência e sabotagem fundamentais. Quando Jesus diz a Pilatos: "Meu Reino não é deste mundo", ele indica a natureza diferente do poder que ele representa, o que desafia não somente Pilatos mas também a realidade básica do poder deste mundo. Porque o mundo no qual Jesus é realmente rei é o mundo da criação original de Deus, mundo que era "muito bom" e que é ao mesmo tempo restaurado e realizado com a chegada do reino de Jesus. Nesta visão, Pilatos representa a recusa, num mundo degenerado cujos poderes são "da carne e não do espírito". Em outras palavras, Jesus está afirmando que seu poder é o poder original, o único poder real "no céu e na terra". A luz desta afirmação deveríamos de fato falar no poder de Jesus Cristo e nos **contra-poderes** deste mundo, pois estes são poderes secundários, poderes de reação, desumanização, destruição e morte.

Esta visão implica uma avaliação crítica da relação tradicional entre as comunidades cristãs e os poderes dominantes nas sociedades em várias partes do mundo. Ela desafia as igrejas a se converterem de sua cumplicidade com os poderes deste mundo, a se libertarem "de sua servidão aos interesses das classes, raças e nações dominantes" e voltar à sua independência original. Aí então elas serão capazes de servir às vítimas dos sistemas de poder injustos e desumanizantes do mundo de hoje.

Obviamente, as igrejas não apoiaram sempre os poderes e principados do mal: às vezes, na luta pela tolerância e pela paz, contra a escravidão e a opressão, elas tem sido uma expressão do poder de Jesus Cristo. Hoje existem sinais de conversão das igrejas à sua independência política original. Na África do Sul, por exemplo, elas apoiam a objeção de consciência ao serviço militar obrigatório. Outro exemplo é o testemunho dos cristãos da Coreia do Sul, confrontando um governo opressivo e pagando o preço da prisão e outros tipos de sofrimento. Os sinais dessa conversão também são evidentes na América Latina, onde as igrejas, tanto Católica Romana como Protestante, tem assinalado a necessidade da libertação espiritual, social e política negada ao seu povo.

Estes exemplos são talvez ambíguos e por certo não constituem claras manifestações do poder de Jesus Cristo; mas devemos lembrar que durante sua passagem pela terra o poder de Jesus Cristo não foi totalmente compreendido mesmo pelos que dele estiveram mais próximos, e que o poder de Jesus Cristo, embora atuando neste mundo, não é deste mundo; ele enfrenta os poderes existentes, mas almejando um Reino que é diferente dos reinos estabelecidos por esses poderes, e às vezes oposto a eles.

Para uma melhor compreensão do poder de Jesus Cristo, examinaremos três das suas dimensões:

- a) as escolhas que Jesus fez durante sua vida para demonstrar seu poder em vista das possibilidades com que se defrontava;
- b) a influência de sua personalidade nas pessoas, através da história;
- c) o poder cumulativo dos seus seguidores.

Estes aspectos são especialmente importantes em vista da necessidade de dar poder aos carentes de poder, e da criação do poder do povo (tanto no nível local como mundial). Pois, se é verdade que Jesus atuou numa situação que não era mais "esperançosa" do que a presente situação de dois-terços da humanidade, podemos supor que a sua via, longe de estar antiquada, pode iluminar o caminho dos cristãos, igrejas e indivíduos, que buscam a coragem e o poder para superar estruturas de dominação e mudar este mundo de injustiça.

JESUS E AS POSSIBILIDADES DE PODER DO SEU TEMPO

Que podia fazer Jesus? Ele não teve oportunidade alguma de estudar em Jerusalém; ele podia somente tentar fazer perguntas durante as solenidades religiosas a que assistiu assim que completou doze anos e foi admitido nelas. O conhecimento é um fator de poder, fator legítimo quando entendido responsabilmente.

Ele pode falar na sinagoga da sua aldeia, talvez só uma vez, mas ele falou e alguém tomou nota do que disse. Suas palavras alcançaram milhões de pessoas e encorajaram milhares delas a acreditar nas promessas de Deus de que os cativos seriam soltos e os oprimidos libertados.

Ele podia ter escolhido o outro caminho: uma carreira religiosa ou partidária que o teria elevado rapidamente a uma posição internacional de autoridade pública; mas ele então teria sido obrigado a empregar forças abusivas e a manipular a opinião pública. Em outras palavras, teria sido obrigado a mentir e a matar, a ajoelhar-se ante o demônio, que tem sido um mentiroso e um assassino desde o começo. Jesus recusou-se a testar Deus desse modo e preferiu fazer uma entrada pública em Jerusalém na maneira modesta e pacífica que Zacarias predisse.

Ele podia também ter reduzido os riscos, eliminando os discípulos que não mereciam confiança, como Judas Iscariote; mas ele não o fez, esperando torná-lo digno de confiança, confiando nele. O resultado foi que Judas foi o primeiro a declarar que Jesus não era culpado.

Ele podia ter interrompido os discípulos que cantavam "Louvado seja o rei que vem em nome do Senhor!"; mas as pedras seriam lançadas se ao povo não tivesse sido permitido reconhecê-lo como o Messias que esperava. Ele podia ter salvado sua vida temporal renunciando a qualquer mensagem política, mas ele recusou fazê-lo. E o fato é que sua mensagem foi registrada nos Evangelhos, seja o que for que possam ter dito e ainda digam as forças religiosas organizadas, inclusive as cristãs, sobre o caráter supostamente não-político da sua vida.

Ele podia, igualmente, ter evitado Jerusalém, a fim de pregar talvez por muitos anos mais em outras áreas do país, em Peréia ou na Galiléia. Mas ele sabia que um profeta deve afrontar a luz da opinião pública e não pode morrer fora de Jerusalém. Não devemos esquecer que estava escrito na cruz em 3 línguas que ele fora condenado como **Rei dos Judeus**.

Ele podia à última hora ter negado a dimensão política da sua missão, dizendo que não era absolutamente um rei, e que sua atividade era puramente "religiosa". Mas ele não o fez. Ao contrário, insistiu na diferença entre o seu reino e os existentes, indicando que seus discípulos não usassem a força para protegê-lo de ser preso. Ele explicou que sua missão era pregar a verdade e que todo aquele que tivesse interesse na verdade o ouviria sem ser forçado a fazê-lo. Seu poder era o poder da verdade e do amor, sem os quais nem a justiça nem a liberdade são realmente possíveis.

A INFLUÊNCIA DE JESUS CRISTO

Durante a sua vida na Palestina como um rabi galileu autônomo, Jesus parece ter tido uma influência muito forte em em alguns setores da população. Essa influência continuou depois da sua morte não-natural, embora somente em grupos pequenos, congregações ou comunidades de composição multi-racial (Judeus e Gentios, Gregos, Romanos, etc.), transcendendo todas as barreiras entre senhor e escravo, homens e mulheres, ricos e pobres, as quais se espalharam em poucos séculos através de todo o Império Romano e no exterior, a despeito de uma repressão crescente e às vezes violenta. Parece razoável pensar que naquele tempo, para os que o experimentavam, o poder do amor e da não-discriminação era mais forte que os poderes da violência, do conformismo, da educação e do dinheiro da sociedade existente, uma sociedade baseada e organizada em função dos princípios **divide et impera** (dominação e dependência), **panem et circenses** (ócio e consumo), **oderint dum metuant** (ódio e medo).

Contudo, com a chamada de Constantino, o desenvolvimento da cristandade foi corrompido, e as consequências estão ainda presentes. Essa corrupção às vezes tem sido chamada o fim da independência política original das comunidades cristãs. Não obstante, não devemos esquecer os que, dentro da Igreja, tem falado alto e claro e batalhando contra a servidão da Igreja. De fato, desde a constantinização da cristandade, a poderosa influência de Jesus tornou-se um poder contestador dentro da própria Igreja estabelecida. Infelizmente, durante séculos, os poderes que submeteram as igrejas ao cativo corromperam a compreensão do Evangelho. Os ensinamentos de Jesus, por exemplo, foram frequentemente neutralizados e enfraquecidos quando interpretados com base no idealismo e na espiritualidade extraterrena da filosofia grega antiga. Porém, o processo do cativo das igrejas não deve desviar nossa atenção do fato de que a influência pessoal de Jesus Cristo continuou em uma determinada maneira, com o resultado de que cada vez mais gente em todo o mundo parece estar interessada em Jesus e pronta para ser influenciada por ele, dando seu tempo, compartilhando sua renda, gastando sua energia e em muitos casos oferecendo suas vidas por aqueles que mais urgentemente necessitam solidariedade, embora não necessariamente se tornem seguidores das igrejas organizadas.

O PODER CUMULATIVO DOS SEGUIDORES DE JESUS

As considerações históricas anteriores sugerem a pergunta: quem são os seguidores de Jesus? Há duas respostas possíveis: (i) todos os que o chamam Senhor, e (ii) todos os que vivem de acordo com o que Jesus pregou. Ao considerar-

mos a primeira categoria, somos forçados a reconhecer que ao longo da história das igrejas organizadas a confissão da divindade de Cristo tem frequentemente sido combinada com pretensões de privilégios especiais, organização hierárquica e paternalismo, opressão de minorias, manipulação da opinião pública, ocultamento de informação, censura e busca de lucro, às custas do bem-estar de outras pessoas. Contudo, não seria justo dizer que esta é a realidade total dentro das igrejas; também tem havido cristãos e comunidades de crentes em Jesus Cristo cuja confissão de sua divindade levou-os a lutar pela justiça, pela liberdade e por um mundo melhor. Neste particular a história das igrejas organizadas é similar à história das nossas sociedades: as questões que dividiram as últimas também efetuaram as primeiras. Chamar Jesus Cristo de Senhor não significa que todos os que o fizeram e o fazem estão do mesmo lado. A História, tem confirmado amplamente a verdade da afirmação de Jesus de que "nem todos os que me dizem 'Senhor, Senhor' entrarão no reino dos céus. Devemos portanto examinar a segunda categoria, a de todos os que fizeram e fazem o que Jesus disse.

Entre os que fazem "a vontade de meu Pai" há muitos cristãos, "ortodoxos" ou "heréticos", alguns dos quais foram mortos, outros poupados, mas todos prontos a seguir Jesus Cristo até o fim. Outros no entanto não são cristãos, ou ao menos não o são no sentido de pertencer às igrejas organizadas. Alguns foram educados nas Escrituras por autoridades reconhecidas, outros não; muitos foram batizados na água, outros não (S. Paulo por exemplo não achava que essa fosse a sua missão), mas todos eles se dedicaram à luta pela justiça, em alguns casos indo ao extremo de deixar sua oferenda ante

o altar para dirigir-se primeiro aos seus irmãos e reconciliar-se com eles. Jesus Cristo liberta a unes todos eles, não só em palavras mas em atos.

Conjuntamente eles construíram um poder na opinião mundial para a justiça e a paz, o qual não devemos subestimar. Foi através do Renascimento e do Humanismo que os textos antigos tornaram-se acessíveis ao povo. Foi graças ao desenvolvimento técnico e à imprensa que Lutero pode publicar a Bíblia para o povo. Em nosso próprio século, Martin Luther King, Mahatma Gandhi, Dom Helder Câmara e muitos outros são um testemunho ante o povo. Porém, o apelo deles à opinião pública para reconhecer o poder de Jesus Cristo parece bloqueado pelo mal-uso generalizado do seu nome. Há forças conservadoras atuantes que, baseando-se em princípios "cristãos", condenam os seguidores engajados de Jesus Cristo ao silêncio ou os denunciam como elementos subversivos na sociedade. Eles são subversivos, por certo, como Jesus o foi: subversivos frente à desordem estabelecida e à desumanização que os poderes e principados tentaram e estão tentando impor.

AUMENTANDO O PODER DE JESUS CRISTO

O fato de que Jesus não teve êxito no sentido corrente do poder político, que ele fosse crucificado e condenado à morte como um revolucionário fracassado, tem levado muita gente a pensar que em matéria de política Jesus era irrealista, um visionário carente de conhecimento correto sobre a vida política. Seria no entanto um engano considerar Jesus um político que fracassou por falta de realismo; ele era mais do que um político, mas suas visões foram sempre cheias de

realismo. Ele confrontou o "realismo político" e o poder dele resultante, agindo num contexto em que era impossível definir seu próprio comportamento sem considerar os poderes que operavam na situação. Ele não caiu na armadilha da dicotomia entre os princípios absolutos de um lado e a situação histórica relativa de outro. Ele não defendeu uma espiritualidade fechada, que pode ser profunda e estimulante mas não tem relação clara com o mundo real e com as exigências da responsabilidade política.

Por que, então, ainda não se calam as vozes que afirmam ter faltado a Jesus realismo político? Não pertencem elas acaso aos que buscam a eficiência no nível da organização social, em vez de justiça e liberdade? Além disso, não foi esse critério de eficiência que, predominando, criou os mecanismos de acumulação de poder para uns poucos, resultando nos processos de desumanização, desigualdades e injustiças? Se o debate sobre o realismo político de Jesus tem algum valor, este está em assinalar sua maneira especial de considerar o poder, mas não há base para afirmar que sua maneira era "irrealista".

Se tomamos essa maneira seriamente hoje em dia devemos enfrentar o desafio: o que significa agir pela justiça? Como devemos enfrentar os poderes deste mundo? Que significa hoje usar o poder para a libertação a que Jesus nos está chamando? Como podemos envolver-nos em situações de dominação e dependência de tal modo que nossa atuação se torne um sinal na direção do Reino de Deus? Estas são perguntas ineludíveis para aqueles que procuram ser fiéis ao tipo de realismo político que Jesus praticou. As respostas só podem, em última análise, ser dadas pela prática do que

discernimos ser a vontade de Cristo em nossas respectivas situações e contextos, um serviço que com frequência acarretará dor, sofrimento e até mesmo morte. E no entanto é necessário refletir sobre a natureza geral do encontro entre os poderes deste mundo e o poder de Cristo. Gostaríamos de oferecer duas considerações básicas para posterior reflexão.

Em primeiro lugar, os poderes que encontramos hoje em dia mantêm-se, como os de antigamente, na base da máxima **divide et impera**. Dirigentes políticos de todos os tempos acharam indispensável governar de acordo com essa máxima, desde a política colonial do Império Assírio às políticas coloniais modernas das nações do Atlântico Norte. Os povos dos países dependentes tem sido "balcanizados" e suas tentativas de coordenar seus esforços subvertidas pelos interesses dos países dominantes. Mas os poderes de divisão também atuam no interior das nações, tanto nas ricas como nas pobres. Assim, por exemplo, a tendência à especialização do trabalho tem forçado a maioria das pessoas a uma posição em que estão contentes em "fazer o seu trabalho", sem importar-se com os problemas mais importantes que resultam desse mesmo trabalho. Analogamente, a compulsão a consumir leva as pessoas a uma luta competitiva por seu pequeno e privado mundo de paz, ignorando a luta pelo bem comum.

Jesus enfrentou esse aspecto do poder. Ele sofreu na cruz o isolamento extremo, o abandono por todos, a fim de superar o isolamento. **A cruz e a ressurreição, portanto, são as boas novas de que agora é possível para os carentes de poder que eles se unam.** Os discípulos de Jesus, que

foram dispersados pela crucificação, tornaram-se a comunidade da ressurreição, vivendo juntos, e, em Pentecostes, testemunhando ativamente o poder unificador de Jesus. Trabalhar pela unidade dos desprovidos de poder é portanto um meio de aumentar o poder de Jesus Cristo.

Em segundo lugar, devemos aprender a exprimir de maneira mais clara a nossa esperança no Reino de Deus em meio à nossa própria situação histórica. Sabemos que como seres históricos nós existimos no nível do relativo. Contudo, a consciência da relatividade da história tem frequentemente impedido que tomemos seriamente o que Jesus pretendia quando falou do Reino de Deus que se aproxima. Aqui se coloca uma questão fundamental: como permanecer aberto ao Reino de Deus, no domínio do relativo, no nível da história, quando aparentemente não há meios de superar os dados da situação vigente? Neste contexto o poder de Jesus Cristo deve ser entendido como aquele poder que sustenta nossas convicções quando tudo o mais parece condenar-nos ao desespero. O poder de Jesus Cristo é o poder que nos faz esperar contra toda desesperança. Ele conclama os seres humanos a novas e inesperadas iniciativas na história, encorajando pessoas e grupos a lutar por suas esperanças. Ele gera ações dirigidas a uma nova sociedade. Tais ações podem parecer irrealistas segundo a perspectiva dos que vêem o mundo com os olhos dos poderes estabelecidos, porém, para os que o vêem com os olhos da fé, tais ações podem ser um **signo do Reino que esperamos.** Essas ações ajudam muitos seres humanos a manter viva sua esperança, e ao mesmo tempo desafiam as mentes de muitos que não tem esperança, que não acreditam em transformações no sentido da justiça e da liberdade, que aceitam resignadamente o mundo moldado pelos seus poderes e

principados. O desafio implícito em tais ações busca abrir brechas na consciência daqueles para quem não existe a possibilidade de um novo futuro.

A unidade dos carentes de poder e a consciência do que é necessário no futuro (o que Paulo Freire e outros que se dedicam à educação popular chamam "consentimentação") são fatores básicos para a criação de um novo poder, para a manifestação do poder de Jesus Cristo. A unidade dos desprovidos de poder indica o aspecto quantitativo desse poder; expressões da unidade dos oprimidos dão sempre base à esperança de uma transformação real. Uma consciência que reclama um novo futuro, na qual o elemento utópico não é um sonho mas um fator dinâmico espicaçando as pessoas para agir em favor das mudanças, indica o aspecto qualitativo desse poder. Ambos aspectos são essenciais para os sem poder em seus esforços por desafiar e se necessário confrontar os poderes estabelecidos: a força social resultante do esforço combinado de todos os que lutam pela justiça, a libertação e a paz, e a visão da realidade por chegar, incitam à ação aqueles que esperam essa realidade.

A confrontação com os poderes estabelecidos requer um certo número de passos intermediários. Por exemplo, devem negociar-se alianças que permitam a diferentes setores da sociedade cooperar, para criar confiança recíproca e ganhar uma experiência comum na luta pela justiça. Como ninguém deve ser excluído a priori da unidade dos oprimidos, a possibilidade de alianças com aqueles que não são as vítimas dos poderes dominantes do mundo, mas que estão prontos a compartilhar com os oprimidos as suas lutas pela justiça, pela liberdade e pela paz, deve permanecer sempre

aberta. Esse tipo de aliança não é uma aliança feita para fechar o caminho do futuro aos povos, mas para abrir-lhes novas oportunidades de uma vida humana.

As alianças criadas para fins de enfrentar os que têm explorado as maiorias do mundo devem tomar em conta os valores e as tradições das vítimas: a negritude, os valores sociais das religiões dos povos africanos, asiáticos, muçulmanos e latinoamericanos devem ser entendidos a partir de uma perspectiva de liberdade, e não do ponto de vista dos opressores. Se o nacionalismo tornou-se uma característica negativa dos países ocidentais, não se pode deduzir disso que todo nacionalismo é ruim. Como foi assinalado na Conferência Mundial sobre a Igreja e a Sociedade (Genebra, 1966): "Um sentimento nacionalista é essencial para a construção de uma nova nação. Mas este nacionalismo não deve ser confundido com certas formas de nacionalismo agressivo que tem levado a guerras, nacionalismos que deificam a nação e provocam sentimentos de superioridade nacional. O nacionalismo deve ser baseado na igualdade das nações e na cooperação mútua. (...) O nacionalismo incorpora a noção de objetivo nacional; é um meio de lutar pela independência real; (...) um meio de encontrar uma personalidade nacional". Ainda mais importantes do que as tradições e a nacionalidade são os próprios povos. Alianças realizadas realmente entre povos serão ocasiões para a participação e a abertura de novas vias de socialização, por exemplo dos meios de produção, do conhecimento, do produto nacional. No nível comunitário, especialmente quando as forças populares se juntam para praticar a

justiça e a liberdade, há ênfase na partilha igualitária e não na acumulação privada. Devem criar-se estruturas que dêem uma clara e firme expressão a tais intenções.

Tais estruturas, que devem ser consideradas provisórias e temporárias, não são uma expressão direta do poder de Jesus Cristo. A concentração de poder em nosso tempo é muito maior do que durante o tempo de Jesus e da Igreja primitiva, assim como as possibilidades de ação do povo são maiores. Isso implica que a manifestação do poder de Jesus Cristo no nosso tempo não pode ser a mesma do primeiro século. Contudo, seu poder não

é completamente sem relação com a busca de estruturas nas quais a distribuição substitua a concentração, a partilha e a socialização predominem sobre a acumulação privada. O poder de Jesus Cristo deve ser entendido, como se indicou antes, como um poder agindo na opinião pública pela justiça e a libertação. Esta tendência toma corpo dentro de estruturas que compartilham as limitações e as possibilidades do nosso tempo. Elas não estão imunes às ambigüidades da história, mas podem, em virtude do poder inerente de Jesus Cristo, ser sinais do seu Reino, que não é deste mundo mas cujo dinamismo atua neste mundo.